

O AEE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA APAE

Luana Silva Sousa¹; Leticia Aragão Torres de Araujo ²; Rainara Silva da Costa Teles³; Judite Dalila Aguiar⁴; Luciano Gutembergue Bonfim Chaves ⁵

¹Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE)
sousaluana364@gmail.com

²Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE)
letatorresa@gmail.com

³Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE)
rainarasilvact8@gmail.com

⁴Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE)
juditedalilaasilva@gmail.com

⁵Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE)
lucianogbonfim@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisa o Atendimento Educacional Especializado (AEE) enquanto política pública de inclusão, a partir da experiência desenvolvida na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Sobral-CE, em articulação com o Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Fundamentado nos princípios da educação inclusiva e nos marcos legais brasileiros, o trabalho adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com base em observações e intervenções pedagógicas realizadas por bolsistas do PET no contexto do AEE. As atividades desenvolvidas evidenciaram a importância do atendimento complementar na eliminação de barreiras à aprendizagem, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças atendidas. Além disso, a vivência prática contribuiu significativamente para a formação inicial docente, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática e o fortalecimento da identidade profissional dos futuros pedagogos. Conclui-se que o AEE se constitui como instrumento fundamental para a efetivação da educação inclusiva, reafirmando o direito à aprendizagem com equidade e evidenciando a relevância da parceria entre universidade e instituição especializada na consolidação de práticas pedagógicas inclusivas

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Formação Docente; PET Pedagogia; APAE.

Introdução



A Educação Inclusiva no Brasil é um princípio fundamentado na Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), consolidando o direito de todas as pessoas à educação, sem qualquer forma de discriminação. Ao longo das últimas décadas, o país avançou na construção de políticas públicas voltadas à garantia do acesso e da permanência das pessoas com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista e com altas habilidades/superdotação, reconhecendo a diversidade como princípio fundamental. Diante disso, a inclusão escolar deixou de ser compreendida como uma ação assistencialista e passou a integrar o campo dos direitos humanos e da justiça social.

Nesse movimento histórico, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), instituído como política pública com maior sistematização a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A principal finalidade do AEE é complementar a formação dos estudantes público-alvo da educação especial, assegurando recursos pedagógicos, acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras à aprendizagem e à participação.

Além disso, em relação aos professores, a inclusão possibilita a ampliação do conhecimento sobre os processos educacionais, favorece mudanças na rotina pedagógica e promove maior participação no planejamento da vida escolar. Os docentes tornam-se mais capacitados à medida que se mantêm informados sobre as transformações em suas áreas de atuação e participam ativamente da tomada de decisões. Dessa forma, tanto os alunos quanto os professores desenvolvem novas habilidades acadêmicas e sociais, fortalecendo a preparação para a vida em comunidade.

A importância do AEE reside, portanto, na efetivação do direito à educação com qualidade social, garantindo que o estudante com deficiência não apenas esteja matriculado na escola comum, mas que tenha asseguradas as condições necessárias para desenvolver suas potencialidades. Trata-se de uma política que reafirma o compromisso do Estado com a inclusão, reconhecendo que igualdade não significa homogeneidade, mas a oferta de suporte adequado às necessidades específicas de cada sujeito.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) constitui-se como uma das instituições mais tradicionais no atendimento educacional e social às pessoas com deficiência no Brasil. Fundada em 1954, no Rio de Janeiro, a entidade surgiu a partir da mobilização de familiares e profissionais que buscavam alternativas de cuidado, escolarização e inclusão para pessoas com deficiência intelectual, em um período em que o Estado ainda não ofertava políticas públicas estruturadas nessa área. A instituição expandiu-se para diversos municípios brasileiros, consolidando uma rede nacional que atua nas áreas da educação especial, assistência



social, saúde e defesa de direitos.

O objetivo deste trabalho é analisar o AEE enquanto política pública de inclusão a partir da experiência da APAE, estabelecendo correlação com o Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O programa integra ensino, pesquisa e extensão, configurando-se como um dos pilares da universidade. Organiza-se em grupos formados por estudantes bolsistas e voluntários, orientados por um tutor docente, que desenvolvem atividades coletivas e contínuas voltadas ao aprofundamento teórico, à produção do conhecimento e à intervenção social.

Além disso, o PET Pedagogia constitui-se como um espaço de grande importância para a formação acadêmica, pois possibilita a vivência de experiências que articulam teoria e prática, favorecendo a construção da identidade do pedagogo, uma vez que as ações se desenvolvem tanto em espaços escolares quanto não escolares.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo-exploratório. A justificativa pela escolha dessa abordagem foi para entender como acontecem as práticas pedagógicas inclusivas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), como são realizados os atendimentos às crianças, os principais aprendizados e desafios presentes e também como o Programa de Educação Tutorial (PET) pode atuar junto com os profissionais do local. É de caráter descritivo exploratório porque além de observar todo esse contexto do AEE, as bolsistas também participaram das ações pedagógicas, desenvolvendo atividades inclusivas de acordo com as necessidades de cada criança. Dessa maneira, foi possível analisar a realidade vivenciada nesse espaço, descrever as práticas realizadas e compreender no dia a dia como ocorre o AEE nesse caso na APAE.

A pesquisa foi realizada a partir da atuação desenvolvida no contexto da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e da participação de quatro bolsistas do PET Pedagogia, especificamente na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O espaço atende crianças com diferentes necessidades educacionais, principalmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e TDAH, oferecendo atividades pedagógicas adaptadas, recursos lúdicos e acompanhamento individualizado.

Como parte dos procedimentos metodológicos, foram realizadas observações organizadas das práticas desenvolvidas no AEE, seguidas da elaboração e aplicação de atividades pedagógicas pensadas a partir das necessidades identificadas no contexto. As ações aconteceram durante os meses de agosto a novembro de 2025, por meio de visitas semanais à



instituição. Inicialmente ocorreu o período de observação do espaço e, posteriormente, foram desenvolvidas intervenções com propostas lúdicas e inclusivas, como a contação de histórias adaptadas, que ajudou na compreensão e na expressão artística; circuitos motores e brincadeiras de imitar animais, voltados para desenvolver coordenação motora, atenção e participação; e atividades sobre educação no trânsito e cuidado com o meio ambiente, feitas de forma lúdica com materiais recicláveis e práticas relacionadas a temas sociais. As atividades foram planejadas em diálogo com a professora responsável, buscando favorecer a participação das crianças e contribuir com experiências educativas significativas dentro do AEE. Além disso, também foram feitos registros escritos e anotações realizadas ao longo das atividades acompanhadas. Esses registros possibilitaram organizar e compreender as ações desenvolvidas, bem como refletir sobre as contribuições do AEE para a inclusão escolar e para a formação inicial docente.

A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa, buscando identificar elementos relacionados às políticas públicas de educação inclusiva, ao papel do AEE na mediação pedagógica e às aprendizagens construídas a partir da articulação entre universidade e instituição especializada. As reflexões foram organizadas com base em categorias temáticas, dialogando com o referencial teórico apresentado no estudo.

A organização e interpretação das informações ocorreu por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016) e Minayo (2014), que consiste em reunir, organizar e interpretar dados qualitativos a partir de temas ou significados presentes nos registros. Esse tipo de análise possibilitou compreender padrões nas experiências observadas, identificando aspectos relacionados ao desenvolvimento das crianças, às práticas pedagógicas inclusivas e às interações construídas no AEE. A análise foi realizada por meio da leitura dos registros, da identificação de elementos recorrentes e da reflexão sobre as práticas desenvolvidas no contexto educativo.

Por isso, no que se refere aos aspectos éticos, foram respeitados os princípios de sigilo e preservação da identidade dos participantes e da instituição, garantindo o uso das informações exclusivamente para fins acadêmicos, preservando a individualidade de cada criança e o contexto da instituição. As atividades foram feitas com autorização da APAE e com a supervisão da professora responsável, garantindo que todo o trabalho fosse seguro, ético e cuidadoso.

A pesquisa também seguiu as orientações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que define regras para estudos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Essa resolução reforça a importância de respeitar os participantes, proteger os dados coletados



e evitar expor a identidade das crianças envolvidas.

Portanto, todas as atividades realizadas no AEE foram adaptadas sempre que necessário, garantindo que cada criança pudesse participar e aprender respeitando seu próprio ritmo. Dessa forma, buscou-se promover não apenas a aprendizagem, mas também a autonomia, a socialização e a criatividade dos estudantes, reforçando o papel do AEE como um espaço de inclusão. Ao possibilitar que as crianças fossem protagonistas de suas experiências e que cada uma pudesse se desenvolver de acordo com suas necessidades, a prática evidenciou como o Atendimento Educacional Especializado funciona como uma política pública de inclusão, integrando ações pedagógicas, sociais e formativas dentro da realidade da APAE.

Resultados e discussões

A educação inclusiva, na perspectiva dos direitos humanos, fundamenta-se no princípio de que todas as pessoas têm direito à educação, sem discriminação, respeitando-se as diferenças e assegurando condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem. Nesse sentido, conforme argumenta Mantoan (2006), garantir o direito à educação para todos vai além do mero cumprimento das normas legais ou da aplicação formal da legislação em contextos de discriminação, pois exige uma compreensão mais ampla e crítica da justiça social, capaz de reconhecer as desigualdades estruturais e promover ações efetivas que assegurem equidade e inclusão no processo educativo. Nessa perspectiva, a efetivação desse direito exige o enfrentamento de práticas educativas excludentes e a adoção de ações pedagógicas comprometidas com a equidade e a valorização da diversidade.

No Brasil, a educação inclusiva pode ser compreendida como um desdobramento do direito à educação, tal como assegurado pelos marcos legais que orientam as políticas educacionais e as práticas escolares. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Tal compreensão reforça o compromisso do sistema educacional com a garantia de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem, especialmente para os grupos historicamente excluídos, como as pessoas com deficiência.

A educação especial é composta por estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. De acordo com Barbosa et al. (2025), apud Israel et al., (2021), a Educação Especial constitui-se como uma área do conhecimento que contribui para a garantia do direito à educação de estudantes com deficiência, transtornos



globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ao apoiar seu processo de escolarização. Nessa perspectiva, a Educação Especial não se restringe à oferta de atendimentos específicos, mas assume um papel fundamental na construção de condições pedagógicas que possibilitem o acesso, a permanência e a aprendizagem no ensino regular. Além disso, no que se refere à sua organização, o AEE é ofertado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, geralmente no contra turno escolar, sem substituir a escolarização comum. Esse atendimento ocorre, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais.

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009, p.2 apud apud Pereira; Mello, 2020,p.20).

Essa forma de organização do Atendimento Educacional Especializado evidencia que o AEE não substitui o ensino comum, mas o complementa, assegurando aos estudantes público-alvo da educação especial condições de acesso, participação e aprendizagem no contexto da escola regular. Ao ser ofertado no turno inverso e em espaços específicos, o AEE possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e recursos acessíveis voltados às necessidades educacionais dos educandos, em consonância com os princípios da educação inclusiva. Diante dessa organização do Atendimento Educacional Especializado, torna-se evidente que a efetivação de suas funções depende, de modo central, da atuação do professor responsável pelo AEE.

Nesse contexto, o professor do AEE desempenha papel fundamental na mediação pedagógica, atuando na identificação das necessidades educacionais específicas, na elaboração de estratégias e recursos acessíveis e no apoio ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes. A atuação articula-se com o ensino regular, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a participação, a aprendizagem e a permanência dos educandos na escola. De acordo com Oliveira e Yaegashi (2022), ao tratar da inclusão escolar, torna-se imprescindível considerar a formação docente, uma vez que o professor precisa estar preparado para lidar com demandas que extrapolam a normalidade do processo de desenvolvimento humano. Nesse sentido, a formação docente configura-se como elemento central para a efetivação da inclusão escolar, uma vez que possibilita ao professor desenvolver conhecimentos, estratégias pedagógicas e atitudes profissionais adequadas às diferentes necessidades educacionais, contribuindo para a construção de práticas inclusivas no contexto escolar.



A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) surgiu no Brasil na década de 1950, inspirada em movimentos voltados à defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, consolidando-se, ao longo do tempo, como uma importante referência na área da educação especial, com atuação social, educacional e assistencial. De acordo com Santos (2023) apud Apae (2023) a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil, em 1954, ocorreu em um contexto marcado pelo espírito de solidariedade e pela intenção de transformar a realidade das pessoas com deficiência, tendo como referência experiências internacionais, especialmente a APAE dos Estados Unidos e o trabalho pioneiro de Eunice Kennedy Shriver, idealizadora dos Jogos Mundiais Especiais, posteriormente denominados Special Olympics. Nesse sentido, a instituição brasileira passou a orientar sua atuação pela promoção do bem-estar e da inclusão das pessoas com deficiência, conforme os princípios expressos em sua missão institucional.

No âmbito das políticas educacionais, a APAE atua como parceira do poder público na execução de ações voltadas à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, por meio de convênios e parcerias com os sistemas de ensino. Essa atuação contribui para a implementação das políticas de inclusão. Esse atendimento tem como foco a eliminação de barreiras pedagógicas, a oferta de recursos de acessibilidade e o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem dos educandos, em consonância com os princípios da educação inclusiva.

A atuação da APAE caracteriza-se, ainda, pelo trabalho interdisciplinar desenvolvido por equipes multiprofissionais, envolvendo profissionais das áreas da educação, saúde e assistência social. Segundo Moraes, Sousa e Parente (2021), o atendimento ofertado nos espaços institucionais caracteriza-se por uma atuação multifuncional, envolvendo áreas da saúde, como neuropediatria, odontologia, fisioterapia, hidroterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, serviço social e pediatria, além do Atendimento Educacional Especializado (AEE), informática educacional e educação física. Nesse contexto, também são desenvolvidas atividades artísticas, como música, dança e canto, que contribuem para o desenvolvimento integral dos atendidos. Essa abordagem interdisciplinar possibilita uma compreensão integral do desenvolvimento dos estudantes, ao considerar, de forma articulada, os aspectos pedagógicos, cognitivos, sociais e emocionais. A integração entre os diferentes atendimentos especializados e as práticas educacionais favorece a construção da autonomia, amplia a participação social e fortalece a garantia do direito à educação, em consonância com os princípios da educação inclusiva. Diante desse cenário institucional, a inserção de programas



de formação docente, como o Programa de Educação Tutorial (PET) Pedagogia, amplia as possibilidades de articulação entre teoria e prática no contexto do AEE.

O PET Pedagogia constitui-se como um espaço de grande relevância para a formação acadêmica, uma vez que possibilita a vivência de experiências que articulam teoria e prática, favorecendo a construção da identidade profissional do pedagogo. As ações desenvolvidas pelo programa ocorrem tanto em espaços escolares quanto não escolares, ampliando a compreensão dos estudantes sobre os diferentes contextos educativos e contribuindo para a formação de profissionais críticos, reflexivos e socialmente comprometidos. Nessa perspectiva, Freire (1996) destaca que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, evidenciando que a prática educativa exige reflexão crítica e compromisso com a transformação da realidade.

A inserção do PET Pedagogia no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) reforça uma grande importância para a formação inicial docente e compromisso social com as práticas inclusivas, pois esse espaço possibilita que os bolsistas possam vivenciar as demandas da educação inclusiva de maneira concreta. Dessa maneira, não existe somente observação, mas a participação e reflexão que ressignifica a prática, através das experiências vivenciadas. Nesse contexto, o bolsista assume uma postura ativa, colaborando na construção de estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão e a eliminação de barreiras à aprendizagem.

As atividades desenvolvidas no AEE foram organizadas com foco no desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional das crianças, por meio de propostas lúdicas e adaptadas. Inicialmente, realizou-se a “história pintada adaptada”, integrando contação de histórias e pintura com materiais ampliados e moldes simples, favorecendo a compreensão, o reconto e a expressão artística. Em seguida, atividades voltadas ao movimento e à criatividade incluíram colagens com papéis rasgados, circuito motor, brincadeiras com bola e imitação de animais, estimulando coordenação motora, equilíbrio, noção espacial e socialização.

Também foram trabalhados temas como o papel do bombeiro na comunidade, com roda de conversa, brincadeiras motoras, dança e pintura coletiva, promovendo cooperação, atenção e criatividade. No tema natureza e animais, as crianças produziram animais com materiais recicláveis, participaram de circuito imitativo e construíram um painel sensorial, incentivando a consciência ambiental e a exploração tátil. Outras propostas envolveram percurso com comandos táteis e balão na testa, quebra-cabeça, desenho, boliche, atividades de pontilhado, circuito com fitas e dinâmica de convivência em roda, desenvolvendo coordenação motora fina e ampla, atenção, equilíbrio, memória, habilidades socioemocionais e interação social.



A vivência prática constitui-se como elemento fundamental na formação inicial do pedagogo, pois possibilita a articulação entre teoria e prática e contribui para a construção da identidade profissional. No contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da APAE, essas experiências ampliam o processo formativo ao proporcionar contato direto com as demandas da educação inclusiva, favorecendo o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, postura crítica, sensibilidade às diferenças e compromisso ético. Assim, a prática nesse espaço fortalece a formação de docentes comprometidos com a inclusão e com a garantia do direito à aprendizagem para todos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) se organiza de maneira estruturada e de modo a complementar a escolarização dos estudantes da educação especial, visando garantir os recursos, estratégias e apoios pedagógicos específicos. O atendimento é planejado de forma individual, levando em conta as necessidades e o ritmo de aprendizagem de cada aluno, focando sempre na promoção da autonomia, participação social e desenvolvimento global. O AEE acontece no contraturno escolar em salas que são organizadas com recursos multifuncionais e materiais adaptados. Através do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) os professores definem os objetivos pedagógicos específicos, fazem a adaptação de atividades, produzem os recursos acessíveis e a avaliação contínua do progresso do estudante. Os professores do AEE fazem o planejamento articulado com a escola regular de cada aluno.

Na APAE, a organização do AEE também é caracterizada pelo trabalho interdisciplinar que envolve o trabalho de uma equipe multiprofissional (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, assistente social e dentista), e o mais importante o diálogo com as famílias. Através dessa parceria as possibilidades de intervenção serão ampliadas favorecendo assim um acompanhamento integral do aluno. Portanto o AEE não substitui o ensino regular das escolas e sim funciona como suporte pedagógico especializado que assegura condições de acesso, permanência e aprendizado reafirmando o compromisso com a educação inclusiva e com a garantia de direitos das pessoas com deficiência.

As atividades foram desenvolvidas por meio de metodologias lúdicas, participativas e investigativas, priorizando o protagonismo infantil e a aprendizagem pela experiência. Utilizaram-se rodas de conversa, contação de histórias com apoio visual, brincadeiras simbólicas, atividades psicomotoras, jogos, produções artísticas e circuitos motores, com materiais adaptados e recursos diversos que garantiram acessibilidade e intencionalidade pedagógica. As propostas contribuíram para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e



emocional das crianças, estimulando autonomia, cooperação, criatividade e consciência ambiental.

O PET Pedagogia exerce um papel fundamental no apoio às práticas pedagógicas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), contribuindo tanto para o fortalecimento das ações inclusivas quanto para a formação inicial dos futuros professores. Ao inserir os bolsistas nesse contexto, o programa possibilita a vivência concreta das demandas da educação especial, superando uma formação baseada apenas na teoria e promovendo experiências significativas no cotidiano escolar. No AEE, o PET colabora com a elaboração e adaptação de materiais pedagógicos, recursos lúdicos e estratégias que consideram as especificidades de cada aluno.

As aprendizagens construídas a partir da interação entre teoria acadêmica e prática institucional fortalecem a formação docente ao unir conhecimento científico e experiência concreta. Enquanto a teoria oferece fundamentos e orientações pedagógicas, a prática possibilita vivenciar desafios reais, refletir sobre as ações desenvolvidas e ressignificar saberes. Essa articulação contribui para a construção da identidade profissional, o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva e a consolidação de competências essenciais para a atuação na educação.

Os desafios observados na implementação do AEE enquanto política pública, destaca-se a formação insuficiente de professores, a fragilidade de articular o docente da sala de aula comum e o professor do AEE, a limitação de recursos materiais e de acessibilidade, além da sobrecarga de profissionais. Também persistem desafios de ordem cultural, relacionados à compreensão equivocada da inclusão como responsabilidade exclusiva do AEE. Assim, embora o atendimento especializado seja um avanço na garantia do direito à educação, sua consolidação depende de investimentos contínuos, formação docente e fortalecimento de práticas colaborativas na escola.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) impacta de forma significativa o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, ao oferecer estratégias pedagógicas adaptadas, recursos acessíveis e apoio individualizado que favorecem a aprendizagem. No campo cognitivo, estimula habilidades como atenção, memória e raciocínio; no social, promove a interação, a participação e o sentimento de pertencimento; e, no aspecto emocional, fortalece a autoestima, a autonomia e a confiança. Assim, o AEE contribui para o desenvolvimento integral do estudante, assegurando inclusão e equidade no contexto escolar.



Considerações finais

Portanto, a experiência realizada no AEE da APAE de Sobral mostrou como esse espaço contribui para a inclusão de crianças com diferentes necessidades. As atividades permitiram que cada criança participasse de acordo com seu ritmo, promovendo aprendizado, socialização e desenvolvimento da criatividade. Também, a experiência evidenciou a importância do AEE como um espaço que fortalece a inclusão escolar e apoia o trabalho dos profissionais, mostrando que políticas públicas voltadas à educação especial podem efetivamente oferecer oportunidades iguais e valorizar as potencialidades de cada criança.

Além disso, a vivência no AEE da APAE de Sobral também evidenciou a relevância da articulação entre universidade e comunidade, especialmente por meio da atuação do PET Pedagogia, que possibilitou às bolsistas uma formação mais crítica, sensível e comprometida com a inclusão. Ao participar ativamente do planejamento, da execução e da reflexão sobre as atividades, foi possível compreender que a inclusão não se concretiza apenas por meio de legislações, mas sobretudo pela prática pedagógica intencional, colaborativa e ética.

Dessa maneira, compreende-se que o Atendimento Educacional Especializado, ao ser planejado de forma organizada, interdisciplinar e em constante diálogo com a escola regular e a família, assume papel fundamental na garantia do direito à educação. Sua atuação qualificada amplia as possibilidades de aprendizagem, fortalece a permanência dos estudantes no espaço escolar e favorece a valorização de suas potencialidades. Assim, consolida-se como elemento indispensável para a promoção de uma educação pautada na equidade, na justiça social e na efetiva inclusão.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Vivian Cristina Almeida Pinto et al. O acesso curricular para estudantes público-alvo da educação especial: uma análise com base no plano educacional individualizado em escolas do município de Nova Iguaçu-RJ. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, Ana Luíza Nunes; BEZERRA, Sandra Sinara. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. In: **Congresso Nacional de Educação, Macéio**. 2020. p. 1-10.

BRUZACA, Ruan Didier et al. Educação inclusiva como direito humano. **Cadernos UniFOA**, v. 19, n. 54, p. 1-13, 2024.



BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. **Educação**, v. 29, n. 1, p. 55-64, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini et al. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2008.

OLIVEIRA, Lucilia Vernaschi; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. A legislação federal brasileira e o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão (ISSN: 2525-4782)**, v. 7, n. 3, 2022.

MILANESI, Josiane Beltrame. Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista. 2012.

MORAES, Dalila Aguiar; DE SOUSA, Ana Carvalho; PARENTE, José Reginaldo Feijão. Trajetória e contribuição do Grupo Práxis-PET em espaços institucionais. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-8, 2021.

SANTOS, Danyelle Silva; BARROS, Henna Gilsa Pereira. TRABALHO DO PEDAGOGO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. **Facit Business and Technology Journal**, v. 3, n. 46, 2023.

